

Coluna do Castello

Novo Congresso
em arrumação

Brasília — Na próxima semana instala-se o Congresso Nacional, cujo funcionamento porém só se iniciará a 1º de março. O importante, portanto, não é a solenidade do dia 1º mas as reuniões preparatórias dos Partidos para definir a composição da Mesa e indicar as lideranças partidárias. No Senado, com o gigantismo do PDS, não há problemas. Todos os presumíveis foram resolvidos pela autonomia do Partido oficial. Na Câmara, no entanto, as negociações se impõem e se o normal é a distribuição de postos na Mesa segundo o critério da proporcionalidade, nenhum Partido pode impor critérios. A solução razoável seria o entendimento senão de todas as correntes, pelo menos das principais, o PDS e o PMDB.

Há obstáculos a que isso ocorra, pois tanto o PDS tem necessidade de aliados quanto o PMDB precisa funcionar segundo o pressuposto de que as oposições estão unidas. O principal Partido oposicionista, no entanto, não se mostra disposto a distribuir com seus parceiros postos que são muito disputados internamente na bancada e o PDS dispõe-se a fazê-lo pois aspira a iniciar uma boa convivência com o PTB, mediante a qual iniciaria gestões para um pacto de maioria da qual é carente. Não havendo entendimento geral, o egoísmo partidário terminará por distribuir os sete postos da Mesa Diretora entre o PDS e o PMDB, excluídos os demais, o que acalmaria as respectivas bancadas mas geraria precedentes que dificultariam futuras alianças à direita ou à esquerda.

Parece definitivamente superado o propósito do Sr Ulisses Guimarães de constituir a Mesa somente com os deputados da Oposição, que, somados, compõem a maioria. Tal comportamento determinaria represálias do PDS no Senado e providências relacionadas com a distribuição de postos nas comissões permanentes da própria Câmara. Mas, não cedendo à proposta de uma Mesa eclética, o PMDB corre o risco de enfrentar senão todos os pequenos Partidos pelo menos o PTB, cuja orientadora, a Deputada Ivete Vargas, já acenou com a hipótese de aliar-se, para o efeito da Mesa, com o PDS, que lhe daria lugares reservados ao PMDB.

As questões da Mesa estarão resolvidas nos próximos dias para que se realizem sem tumulto as sessões preparatórias e o Congresso se instale como uma instituição tranquila no dia 1º de fevereiro, empossando senadores e deputados eleitos a 15 de novembro. Quanto à questão de nomes, o candidato do PDS a presidente da Câmara é

o Sr Flávio Marcílio, não tendo até aqui ganhado impulso o desejo de setores do Governo de evitar sua eleição. Isso somente poderia ocorrer depois de selado um pacto entre os Partidos ou entre os dois principais Partidos de modo a que se tenha segurança de respeito das indicações partidárias. Nesse caso, o Governo, se assim entendesse, poderia tentar impor à bancada do PDS o seu próprio e ainda desconhecido candidato. Essa é hoje, porém, uma hipótese remota, de tal maneira se difundiu a impressão da invencibilidade do Sr Marcílio, que disputa o posto pela terceira vez.

Quanto às lideranças o problema já não existe para o Governo, que tem o poder de indicar ao seu Partido o líder. O Deputado Nelson Marchezan, que terá a tarefa mais difícil, dada a inexistência de maioria absoluta na Câmara, leva a vantagem de privar da intimidade do Palácio, o que não ocorre, pelo menos na mesma escala, com o Senador Aloísio Chaves, cujos contactos com o poder são mais formais do que reais. Ainda anteontem ele acertadamente pleiteou do Ministro-Chefe do Gabinete Civil melhor intercâmbio de informações e admitiu a insuficiência do fluxo atual. Ao falar à imprensa em seguida declarou imperativa a adoção do voto distrital, defendendo a auto-aplicabilidade do dispositivo constitucional. Essa tese é dele, como jurista, mas certamente ele não a ouviu no Palácio.

O PMDB colocou a escolha do líder à votação da bancada. O posto é disputado pelo Sr Freitas Nobre, de São Paulo, que já o exerceu, e pelo Sr Pimenta da Veiga, de Minas Gerais. A propósito, o Deputado mineiro esclarece não ter chegado a seus ouvidos qualquer conselho no sentido de rever a decisão de candidatar-se. Pelo contrário, sente-se estimulado e depois de ter visitado diversos Estados está com a impressão de que sua vitória é muito provável. A bancada mineira, em cujo seio surgiram objeções a sua candidatura em função de uma atitude inicial do Governador Tancredo Neves — atitude que não caracterizou um veto — deverá reunir-se em Brasília até o fim da semana para definir se apóia ou não o Sr Pimenta da Veiga. Ele está esperançoso de um pronunciamento favorável dos seus co-estaduanos.

A situação, porém, não é tranquila e as opções nas diversas bancadas estaduais são contraditórias. Não se caracterizou uma luta entre frações ideológicas, entre, por exemplo, autênticos e moderados, pois ambos os candidatos obtiveram apoios de ambas as correntes. O Sr Freitas Nobre teria mais experiência em compor divergências mas o Sr Pimenta da Veiga poderá representar com mais vigor a tendência que fez líder da bancada nos dois últimos anos o Sr Odacir Klein.

Carlos Castello Branco